

## O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AVALIAÇÕES PASSADAS E PROPOSIÇÕES FUTURAS

Andrey Felipe Gomes Gonçalves<sup>1</sup>  
Andreza de Lourdes Souza Gomes<sup>2</sup>

### RESUMO

O conceito de desenvolvimento sustentável constitui um campo de análise flexível e desprovido de constrangimentos teóricos, caracterizado por uma discussão intrincada que incorpora múltiplas esferas sociais, culturais, econômicas e ambientais. Ao longo do tempo, o cerne desse conceito tem passado por adaptações significativas desde a sua origem, com novas proposições emergindo a partir de estudos, documentos e negociações entre as nações, almejando alcançar uma abordagem consensual para a sua aplicação. Este artigo buscou discutir a evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável desde sua criação até os dias atuais, e propor novos caminhos para a aplicação deste no futuro. Demonstramos que é necessária uma mudança de paradigma e a criação de formas de desenvolvimento desligadas do consumo em massa e da acumulação de capital, para encontrar equilíbrio para manter a vida no planeta com meios realmente sustentáveis. As diferenças históricas devem ser consideradas e as nações devem se unir para prosperar sem esgotar os recursos naturais disponíveis.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Economia. Recursos naturais.

1 Mestre, Universidade Federal do Pará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1773-0128>. andreybiologo@gmail.com  
2 Doutora em Zoologia MPEG\UFPA, Mestre em Ciências Biológicas pelo MPEG\UFPA, Especialista em Toxicologia pelo núcleo de medicina Tropical- UFPA, e-mail: [algomes@ufpa.br](mailto:algomes@ufpa.br)

## INTRODUÇÃO

A discussão acerca do desenvolvimento sustentável teve sua origem a partir da constatação do impacto significativo das atividades humanas sobre o meio ambiente e da conscientização da insustentabilidade de seu padrão de vida (SIQUEIRA, 2001). Desde o seu surgimento, o conceito de desenvolvimento sustentável estava intrinsecamente ligado ao aumento das relações de produção e consumo, o que acarretava em implicações significativas, tais como o crescimento da poluição ambiental e o aumento dos níveis de desigualdade social, resultando na concentração desigual de riquezas. A constatação dessas implicações levou à emergência de discussões acerca das adaptações necessárias no conceito de desenvolvimento sustentável, com o objetivo de mitigar tais consequências (MARTINS; CÂNDIDO, 2011).

A natureza abrangente do conceito de desenvolvimento sustentável, que engloba diversas esferas de atuação, como a economia, questões culturais, sociais e biológicas, implica em uma discussão complexa e interdisciplinar, demandando a contribuição de múltiplos atores para sua compreensão e formulação (SHAO et al., 2011). Essa abordagem reconhece a interconexão entre os sistemas sociais, ambientais e econômicos, enfatizando a necessidade de se abordar os desafios de forma integrada.

A problemática ambiental é bem conhecida, mas soluções para mudar este quadro são complexas e envolvem instituições políticas e a iniciativa privada dentro da realidade de cada uma das nações. Essas discussões foram levadas a nível mundial através de documentos e de conferências realizadas entre os países, para compreender os impactos e quais ações poderiam ser realizadas para modificar este quadro de crescimento econômico com grande degradação ambiental (BERCHIN; CARVALHO, 2016).

A discussão sobre desenvolvimento sustentável se torna complexa devido à sua abrangência, abarcando diversas esferas espaciais, institucionais, sociais e ideológicas, que demandam diferentes enfoques analíticos e atendem a diferentes necessidades (RAUNAUT et al., 2018). O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser concebido de forma abrangente,

p.231

facilitando a união de esforços em prol da problemática ambiental global. No entanto, ao longo da história, o pensamento egoísta e individualista tem prevalecido, muitas vezes, sobressaindo-se em detrimento da busca por soluções sustentáveis.

A análise dos fundamentos históricos do conceito de desenvolvimento sustentável é crucial para entender as suas raízes e evolução ao longo do tempo. Documentos e tratados internacionais têm desempenhado um papel essencial na moldagem e no refinamento desse conceito, refletindo as mudanças nas percepções globais sobre a importância da sustentabilidade.

Neste artigo, nosso objetivo foi analisar a origem do conceito de desenvolvimento sustentável e rastrear sua transformação histórica, por meio da investigação de documentos e conferências realizadas entre as nações. Buscamos, desse modo, contribuir significativamente com o debate sobre o desenvolvimento sustentável, com vistas a compreender quais são os próximos passos que devem ser trilhados nessa discussão.

Com essa investigação em mãos, almejamos fornecer subsídios valiosos para uma discussão mais informada e abrangente sobre o desenvolvimento sustentável. Ao entender a trajetória histórica e as adaptações conceituais, podemos identificar lacunas, obstáculos e oportunidades para avançar em direção a um futuro mais sustentável e equitativo.

## HISTÓRICO DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Após a segunda guerra mundial, o impacto das ideias de progresso e desenvolvimento ligadas ao livre mercado e a exploração colonial, bem como sua influência sobre as pessoas e o meio ambiente receberam foco, e estudos começaram a investigar seus efeitos (WRIGHT,1997). Publicações como "The silent spring"(1962) e "A blueprint for survivor" (1972) apontavam o resultado do crescimento econômico das nações sobre a natureza, iniciando o pensamento ambientalista, que defendia uma diminuição dos danos causados ao meio ambiente. Este movimento começou a propagar uma preocupação global, criando uma consciência de que as ações individuais tomadas pelos países afetam a biosfera de uma forma ampla, e que era necessária uma união das nações para que a degradação ambiental fosse parada (TAVOLARO, 2001).

p.232

No início dos anos 70, impulsionada pela crise econômica em muitos países, emergiu uma discussão sobre a saturação dos recursos naturais. Esse contexto levou à reflexão sobre a relação entre o crescimento econômico e o uso dos recursos naturais, onde emergiu um importante marco nesse debate que foi a publicação de um livro pelo Clube de Roma, uma organização fundada em 1968, composta por cientistas, economistas, pedagogos, humanistas, industriais e funcionários públicos, cujo objetivo era analisar os problemas que desafiavam a humanidade (KRUGER, 2001). O texto trazia questões sobre a renovação dos recursos, pontuando que se não houvesse mudanças no crescimento da população, no processo de industrialização, na produção de comida e na extração dos recursos naturais, o planeta chegaria em seu limite nos próximos cem anos (Bruseke 1995). As reflexões trazidas pelo livro foram importantes para iniciar o processo de transformação das preocupações com o meio ambiente em ações práticas, trazendo indicações de modificações necessárias para o setor da economia (KENNY, 1994).

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável, limitado pelos recursos naturais, passou a adquirir uma forma mais concreta, resgatando os estudos de Malthus sobre o crescimento populacional. Em destaque, também surgiu outro documento publicado em 1972, intitulado "The Limits to Growth" (Os Limites do Crescimento), que se concentrou na revisão de três princípios essenciais considerados responsáveis pela situação crítica da época.

O primeiro princípio enfatizava a necessidade do conhecimento como base para a compreensão dos desafios enfrentados. O segundo princípio abordava o arraigado sentimento de soberania das nações, o que dificultava a concepção de uma sociedade global com responsabilidades e interesses comuns em relação ao meio ambiente. Por fim, o terceiro princípio abordava a influência poderosa dos mercados na condução das atividades econômicas e como isso poderia impactar o uso insustentável dos recursos naturais (NEGRET, 1994).

Entretanto, o relatório "The Limits to Growth" recebeu uma resposta negativa por parte da comunidade científica, sendo considerado extremista, uma vez que sugeriu a ideia de congelar o crescimento populacional e

p.233

industrial como medida para enfrentar os desafios ambientais. Essa perspectiva foi vista como irrealista e impraticável por muitos, o que acabou limitando a aceitação do relatório como uma abordagem viável para a questão da sustentabilidade.

No início dos anos 70 o cenário agregou o foco político com a primeira reunião das nações unidas sobre o meio ambiente, em Estocolmo, cujo objetivo era discutir a problemática ambiental mundial. De acordo com Le Preste (2005), a conferência visava a cooperação científica, a publicidade dos problemas ambientais e sua ligação com o crescimento econômico. A reunião ocorreu da necessidade de união das nações para resolver a problemática ambiental, visto que os ambientes, bem como as economias, estavam conectados globalmente. O conceito de sustentabilidade foi discutido, deixando de lado o modelo de desenvolvimento econômico expansivo e assumindo uma visão que respeitasse as necessidades humanas e o meio ambiente formulou-se o arcabouço de ecodesenvolvimento.

Durante a conferência, apesar dos argumentos iniciais a favor dos ambientalistas, houve uma predominância de ideias e ações discutindo o crescimento econômico. Os países de terceiro mundo tomaram a frente desta discussão, trazendo seus problemas e necessidades, e afirmando que não teriam espaço para adicionar o problema ambiental às suas agendas políticas. Logo, o que era para ser um diálogo para chegar em medidas e ações comuns voltados ao desenvolvimento sustentável, se tornou uma disputa de interesses voltados ao crescimento econômico, com foco na erradicação da pobreza (MACHADO, 2005). Mesmo assim, a conferência trouxe visibilidade para os problemas ambientais a nível mundial, e abriu caminhos para discussões sobre o desenvolvimento sustentável.

Antes de prosseguirmos a discussão histórica, é importante destacar a diferença de desenvolvimento sustentável para sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável tem como principal foco a busca por formas de promover o crescimento econômico de maneira a garantir a conservação dos recursos naturais. Nessa abordagem, o cerne da questão está em assegurar que as nações possam continuar a se desenvolver e prosperar, levando em conta a disponibilidade limitada dos recursos naturais. A sustentabilidade traz

p.234

discussões que envolvem um caráter mais voltado à preservação do meio ambiente, sugerindo uma diminuição no consumo e um maior aproveitamento dos recursos disponíveis.

Do ponto de vista ecológico, é a “tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias”(GIANSANTI, 1998, p. 11). Esta separação dos termos se faz importante para a discussão, pois inicialmente, existia uma forte dicotomia entre eles, que com o avançar do pensamento, ambos os conceitos convergem para uma abordagem mais integrada e holística que reconhece a inseparabilidade das questões sociais, econômicas e ambientais (SARTORI et al., 2014).

Através da popularização do termo desenvolvimento sustentável a partir da conferência de Estocolmo, se iniciou uma busca por uma definição e objetivos claros, bem como ações e práticas que respeitassem seus princípios. Em 1983, teve a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento com o foco principal de reavaliar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las e fortalecimento de novas formas de cooperação internacional. Um dos principais documentos gerados nesta época foi o "Our Common Future", publicado em 1987, pela World Commission for Environment and Development (WCED), que defendia, dentre outros pontos importantes, a redistribuição de recursos para as nações mais pobres, impulsionando seu desenvolvimento. Este documento trouxe o termo desenvolvimento sustentável para um patamar menos teórico e mais prático, integrando o crescimento econômico, a igualdade social e os problemas ambientais, retirando o papel de antagonista do movimento ambiental. Essa conexão entre as esferas social, econômica e ambiental serviu de base para as discussões futuras, sendo considerado até os dias atuais uma importante referência que propõe uma nova concepção sobre a economia (MEURIER;FREITAS, 2005).

O cenário ambiental preocupante que se apresentava impulsionou a criação de dois eventos essenciais para abordar a questão ambiental. O primeiro foi a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática

p.235

(IPCC), através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica, com a finalidade de contribuir com formuladores de políticas e avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima, suas implicações e possíveis riscos futuros. O segundo foi a realização da A United Nations Conference on Environment and Development (UNCED 92), também conhecida como a conferência do Rio de Janeiro, foi realizada com o retorno da proposta de cooperação entre as nações para discutir a problemática ambiental. Destaca-se como os seus principais resultados cinco documentos: a declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a declaração de princípios para a gestão sustentável das florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica, o Convênio sobre as Mudanças Climáticas e o Programa das Nações Unidas para o século XXI, mais conhecido como Agenda 21, um conjunto de metas e objetivos voltados ao combate da pobreza e a promoção da saúde, a valorização das populações tradicionais e o combate à degradação ambiental. Este documento serviria como base para que os países desenvolvessem suas próprias agendas e aplicassem ações voltadas às suas necessidades (DU PLESSIS, 2002).

Apesar de ser um documento considerado por muitos como um dos mais importantes para se discutir o desenvolvimento sustentável, ele foi alvo de diversas críticas. Primeiramente, o conceito é discutido através de uma ótica desenvolvimentista, sem discutir a diminuição do consumo. Acreditava-se que o crescimento econômico dos países em desenvolvimento e o avanço da tecnologia seria capaz de solucionar o problema do consumo excessivo de recursos naturais. Segundo o documento traz metas, mas não traz a obrigação de cumpri-las, além de trazer em sua definição objetivos que transcendem a individualidade das nações (AGNES et al., 2009). Uma terceira crítica é voltada às dificuldades em aplicar regionalmente as propostas, entregando a responsabilidade nas mãos dos estados. Por fim, alguns países que não tinham tradição em desenvolver políticas sustentáveis tiveram uma maior dificuldade em iniciar suas ações (REZENDE, 2006).

Em 1995, cientistas do IPCC alertaram sobre os primeiros sinais de mudança climática e indicaram que a influência humana tinha um impacto

p.236

significativo sobre o clima global. Esse alerta impulsionou os esforços internacionais para combater as mudanças climáticas e levou, em 1997, à assinatura de um importante acordo internacional, o Protocolo de Kyoto, por mais de 175 países. Esse protocolo estabelecia um conjunto de metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.

Contudo, o Protocolo de Kyoto recebeu críticas devido à abordagem diferenciada em relação às metas de redução de emissões para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ele impunha obrigações apenas aos países desenvolvidos, baseando-se no princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas". Isso gerou questionamentos sobre a equidade do acordo, uma vez que os países desenvolvidos historicamente contribuíram mais para as emissões de gases de efeito estufa, enquanto os países em desenvolvimento buscavam maior flexibilidade para promover seu desenvolvimento econômico.

Posteriormente, em 2015, surgiu o Acordo de Paris, que trouxe uma proposta diferente e mais abrangente. Diferentemente do Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris estabelece metas para todas as nações, independentemente do estágio de desenvolvimento, com o objetivo de limitar o aumento da temperatura global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento a 1,5°C.

O Acordo de Paris representa um marco importante na luta contra as mudanças climáticas, pois reconhece a responsabilidade compartilhada de todas as nações para enfrentar esse desafio global. Ao contrário do Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris foi projetado para ser mais inclusivo, buscando a cooperação de todos os países para atingir as metas de redução de emissões e promover a transição para uma economia de baixo carbono. É relevante destacar que os Estados Unidos são um dos principais países emissores de gases de efeito estufa no mundo, contribuindo com aproximadamente 52% das emissões globais de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), e o país se recusou aderir os dois acordos.

Vinte anos após o Rio-92, foi realizada outra conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de reafirmar as preocupações com o impacto ambiental e fazer uma análise dos resultados da

p.237

Agenda 21. Como fruto da discussão foi criado um documento chamado "The future we want" onde o termo desenvolvimento sustentável foi citado 238 vezes (UNED 2018). Porém, a conferência foi marcada por objetivos vagos e imprecisos, já vislumbrados em 1992. Ao fim desta, não foi possível criar um plano de ação comum às nações envolvidas, nem serem realizados tratados, convenções ou acordos multilaterais (VIEIRA, 2012). Apesar de bastante citado, o termo de desenvolvimento sustentável foi deixado de lado em prol de outras questões.

Quanto ao documento gerado, que inicialmente teria 300 folhas, foi resumido a  $\frac{1}{3}$  do seu tamanho, e acabou perdendo conteúdo e aceitação entre os líderes das nações. Sua principal dificuldade foi reunir diretrizes que poderiam ser aplicadas a todas as nações, o que se tornou impossível devido aos diferentes interesses envolvidos. O discurso do desenvolvimento sustentável ainda não levava em consideração a desigualdade econômica, afirmando que todas as nações deveriam fazer um esforço conjunto e igual para alcançar ações mais sustentáveis (PATTBERG; MERT, 2013). Ao não considerar o histórico de dominação gerado pelo modelo de desenvolvimento dominante, as necessidades individuais dos países não foram levadas em consideração, dificultando as negociações.

A expansão do conceito pode ser observada na cúpula das nações unidas sobre o desenvolvimento sustentável, ocorrida em 2015, onde foi definida a agenda 2030. Este documento trazia metas que envolviam não somente o combate à degradação ambiental, mas também melhorias em áreas como a saúde, a educação, a segurança alimentar, a capacitação científica e o combate à desigualdade de renda. Essas metas foram criadas com o engajamento civil, e adaptadas para que todos os países pudessem cumpri-las. Assim, foram estabelecidos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável, que devem ser alcançados em 15 anos, propondo melhorias em prol do planeta, das pessoas, de parcerias entre as nações, da paz e da prosperidade (MUNDO, 2016).

Maollemi et. al. (2019) ressalta a importância da aplicação desta agenda em termos locais, a partir de uma estratégia "bottom-up", e a falta de direcionamentos para realizar isto. Esta estrutura deve considerar as

p.238

necessidades locais, os atores envolvidos, as particularidades sócio-culturais e novos meios de produção sustentável e consumo. Os autores ressaltam também a importância de abrir espaços para inovações e testar novas ideias, uma vez que os modelos antigos não mais funcionam. Assim, um dos maiores desafios encontrados após o estabelecimento destas metas é a interiorização destes nas nações, fazendo com que o desenvolvimento sustentável seja aplicado regionalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu como uma resposta à crescente preocupação com o impacto negativo das atividades humanas sobre o meio ambiente, buscando integrar a proteção ambiental com o crescimento econômico. No entanto, ao longo de sua história, observou-se que o desenvolvimento sustentável foi utilizado como uma ferramenta de manipulação por países desenvolvidos, com o objetivo de preservar seus interesses hegemônicos e garantir o acesso a recursos naturais essenciais para seu próprio crescimento econômico (FERNANDES, 2006).

Essa manipulação do conceito de desenvolvimento sustentável por países desenvolvidos pode ter resultado em estratégias que beneficiaram suas economias e indústrias, enquanto impunham limitações e exigências mais rigorosas aos países em desenvolvimento. A visão de responsabilidade compartilhada pelos problemas ambientais globais pode negligenciar o processo histórico de dominação e exploração imposto pelo colonialismo, que teve um papel significativo na configuração das desigualdades econômicas e ambientais entre as nações (HAVEY, 1996).

Neste processo, as colônias serviam como grandes fornecedoras de matéria-prima barata, acelerando o crescimento dos países que as dominavam, sem considerar os impactos causados nesta extração (ENGERMAN; SOKOLOFF, 2005). Este processo de dominação também atrasou o crescimento das colônias, que tiveram uma revolução industrial tardia, com menos recursos disponíveis. O pensamento de uma responsabilidade global igualitária do impacto que o homem causou sobre o ambiente ignora este histórico, e acaba sendo usado como uma forma de manter e dificultar o

p.239

desenvolvimento das nações subdesenvolvidas.

O desenvolvimento sustentável nessas nações só é possível com o auxílio dos países desenvolvidos, injetando dinheiro, tecnologia e disponibilizando meios de qualificar a mão de obra.

A soberania das nações e de suas populações tradicionais também é colocada em cheque através do conceito de desenvolvimento sustentável. As populações naturais que dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência são afetadas diretamente pelo pensamento de que estes são um bem de toda a humanidade. Para estas populações, seu bem estar está diretamente ligado com a manutenção do seu modo de vida, considerando os âmbitos social, cultural, ambiental e econômico (CLAVEL, 1999). Através das mudanças nos modos de produção, a aplicação do desenvolvimento sustentável pode levar a desapropriação de terras e a modificações nos meios de produção, para inseri-los nos projetos de crescimento, e que se não forem feitos com planejamento podem levar a danos irreversíveis ao território destas populações.

Para avançar na busca pela sustentabilidade global, é fundamental considerar e enfrentar essas complexidades históricas e estruturais. A promoção da justiça ambiental requer uma compreensão aprofundada das dinâmicas passadas e presentes que moldam a distribuição desigual de recursos e oportunidades entre as nações. Isso implica em adotar uma abordagem mais colaborativa, inclusiva e responsável para enfrentar os desafios ambientais e trabalhar em conjunto para construir um futuro sustentável para todos.

Ao discutir sobre desenvolvimento sustentável, é imprescindível ampliar o diálogo, reconhecendo as diferenças históricas e socioeconômicas que moldam o panorama global. Somente através de uma cooperação internacional efetiva e uma compreensão profunda das interconexões entre as esferas sociais, econômicas e ambientais, será possível avançar em direção a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e justo para as gerações presentes e futuras. Isso exige uma atuação conjunta de governos, sociedade civil, organizações internacionais e setor privado em prol do bem comum e da preservação do nosso planeta. A conscientização, ações concretas e

p.240

compromisso global são essenciais para enfrentar os desafios ambientais e construir um futuro mais equilibrado e sustentável para toda a humanidade.

## REFERÊNCIAS

- AGNES et al. 2009. Uma discussão sobre a descentralização da gestão ambiental. **Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal**, 8(14): 53-73.
- BERCHIN, I. I.; CARVALHO, A. de S. C. **O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais: de Estocolmo à Rio+ 20**. DEBATESVII : 167.2016.
- BRUNDTLAND, G. H. Our common future—Call for action. **Environmental Conservation** 14(4): 291-294. 1987.
- BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez. 1995.
- CARSON R. L. **Silent Spring**. Cambridge. 300 p. 1962.
- DU PLESSIS, C. **Agenda 21 for sustainable construction in developing countries**. CSIR Report BOU E, 204: 2-5.2002.
- ENGERMAN, S. L.; Sokoloff, K. L. **Colonialism, inequality, and long-run paths of development**. 2005.
- GIANSANTIL, R. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. 6. ed. São Paulo: Atual, 1998.
- GOLDSMITH, E. **A blueprint for survivor**. Ecosystem Ltd. 1972.
- KENNY M. **Ecologism**. In: Eccleshall R (ed). **Political ideologies: an introduction**, 2nd edn. London: Routledge.1994.
- KRUGER, E. **Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental**. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR/Curitiba, n. 4, p. 37-43, 2001.
- LE PRESTRE, P. **Protection de l'environnement et relations internationales: les défis de l'écopolitique mondiale**. Armand Colin. 2005.
- MACHADO, V. F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. 2005.

p.241

- MARTINS, M. F.; Cândido, G. A. **Índices de desenvolvimento sustentável para municípios: uma proposta metodológica de construção e análise**. IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2011.
- MEADOWS, D. H., Randes, J. & Meadows, D. L. **The Limits to Growth** (1972). The Future of Nature. Yale University Press. 2013.
- MEUNIER, O.; FREITAS, M. D. **Culturas, técnicas, educação e ambiente: uma abordagem histórica do desenvolvimento sustentável. Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Manaus: EDUA, 1. 2005.
- MOALLEMI, E. A.; MALEKPOUR, S., Hadjikakou, M., Raven, R., Szetey, K., Moghadam, M. M. & Bryan, B. A. Local Agenda 2030 for sustainable development. **The Lancet Planetary Health**, 3(6): 240-e241. 2019.
- MUNDO, T.N. **A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável"** acessado em 03 de janeiro de 2023. . Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023. 2016.
- PATTBERG, P.; MERT, A. **The Future we ver might not be the future we ver**. Global Polícia, 4(3): 305-310.2013.
- PIETERSE, J. N. After post-development. **Third Ihorld Quarterly**, 21(2):175-191. 2000.
- RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; DA CUNHA LANA, P. **O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver?.** **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 47. 2018.
- REZENDE, S. R. **O planejamento participativo como instrumento do desenvolvimento sustentável. O caso do assentamento Dandara dos Palmares - Camamu/BA**. 2006.
- SARTORI, S.; LATRONICO F.; CAMPOS, L. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & sociedade** 17: 01-22. 2014.
- SHAO, G.; FULONG L.; TANG, L. Multidisciplinary perspectives on sustainable development. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology** 18.3: 187-189. 2011.

p.242

SIQUEIRA, T. V. **Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21**. 2001.

TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral** (Vol. 144). Annablume. 2001.

VIEIRA, R. S. **Rio+ 20–conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo “direito da sustentabilidade”**. *Novos Estudos Jurídicos*, 17(1): 48-69. 2012.

WRIGHT, G. H. **Progress: Fact and fiction**. In: Burgen A, McLaughlin P, Mittelstrab J, (eds). *The idea of progress*. Berlin: Walter de Gruyter: 1 – 18. 1997.